



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150557 - AL (2021/0224921-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : JOAO CLEBER LIMA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JOAO CLEBER LIMA DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0802943-91.2021.8.02.0000).

Consta nos autos que o recorrente foi preso em flagrante, pela suposta prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal), e teve a medida convertida em prisão preventiva pelo Juízo de Direito da 12ª Vara Criminal da Capital. Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJAL, cuja ordem foi denegada pela Câmara Criminal.

Sustenta o recorrente, no presente recurso de *habeas corpus*, que: (a) “não houve repercussão do fato junto à sociedade, nem reclamo popular que afetasse à ordem pública”, pois o recorrente “não ameaçou testemunhas, nem tentou ocultar ou destruir provas, fazendo desnecessária a prisão por conveniência da instrução criminal” (fl. 3); (b) é “desnecessária e indevida a opção pela prisão, sobretudo considerando a máxima excepcionalidade de manutenção das prisões em tempos de pandemia do coronavírus, diante da evidente vulnerabilidade do ambiente carcerário para propagação do vírus” (fl.7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao recorrente, “determinando a consequente expedição de alvará de soltura, a fim de resposta em liberdade aos termos do processo, tudo por ser medida de inteira justiça” (fl.7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso – concessão de liberdade provisória -, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais

aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 133-134):

(...) a alegação genérica de risco de contaminação por COVID-19, pelo fato de estar o paciente segregado, em ambiente fechado, não possui o condão de, por si só, justificar a revogação da custódia cautelar. Faz-se necessária a análise dos elementos fáticos que ensejaram o manuseio da medida extrema, a fim de sopesá-los com o risco concreto, causados, a exemplo, por comorbidades ou enfermidades apresentadas pelo paciente, o que não foi demonstrado no caso dos autos. Aliás, o Juiz Plantonista, no decreto prisional, consignou que o "autuado não estar incluído no grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente